



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
QUARTO TRIMESTRE (Aberto)

EMISSION
07/02/2017

PAGINA
1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	N. E.	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		7.119.267.333,79	6.315.100.649,75
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		19.776,93	4.487.344,41
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		19.776,93	4.487.344,41
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		557.183,62	1.022.095,15
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		557.183,62	1.022.095,15
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		6.912.208.909,57	6.185.193.505,98
Transferências Intragovernamentais		6.888.415.495,96	6.173.678.233,29
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		23.793.413,61	11.515.272,69
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		166.760.948,71	33.534.370,99
Reavaliação de Ativos		5.437.867,27	-
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		143.832.621,14	1.478,07
Ganhos com Desincorporação de Passivos		17.490.460,30	33.532.892,92
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		39.720.514,96	90.863.333,22
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2016	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
EMISSAO 07/02/2017	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	N. E.	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		39.720.514,96	90.863.333,22
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		35.066.994.156,43	6.315.764.893,67
Pessoal e Encargos		2.447.172.115,57	2.289.246.067,20
Remuneração a Pessoal		1.955.664.526,05	1.835.996.129,37
Encargos Patronais		377.896.208,23	366.510.052,95
Benefícios a Pessoal		63.083.111,11	46.697.911,04
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		50.528.270,18	40.041.973,84
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		528.588.836,91	439.890.627,99
Aposentadorias e Reformas		491.509.213,08	411.582.552,84
Pensões		36.285.003,88	27.642.065,24
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		794.619,95	666.009,91
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		363.818.175,36	345.523.188,27
Uso de Material de Consumo		3.109.061,85	5.059.891,18
Serviços		346.068.654,30	326.711.319,57
Depreciação, Amortização e Exaustão		14.640.459,21	13.751.977,52
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		345.546,80	207.158,29
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		120.662,20	187.058,12
Variações Monetárias e Cambiais		134.708,40	10.068,87
Descontos Financeiros Concedidos		90.176,20	10.031,30
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		3.530.889.080,75	3.192.565.487,75
Transferências Intragovernamentais		3.512.390.984,44	3.174.448.995,94
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		18.498.096,31	18.116.491,81
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		149.636.026,77	48.024.046,01
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		69.897,29	-
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		20.527,54	54.815,93
Incorporação de Passivos		5.729.960,64	47.850.246,31
Desincorporação de Ativos		143.815.641,30	118.983,77



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
-------------------	--------------------------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMIÇÃO 07/02/2017	PAGINA 3
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO
----------------	----------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	N. E.	2016	2015
Tributárias		356.380,50	9.004,68
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		343.643,46	477,15
Contribuições		12.737,04	8.527,53
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		-	-
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	01.001	28.046.187.993,77	299.313,48
Premiações		-	-
Resultado Negativo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Incentivos		-	-
Subvenções Econômicas		-	-
Participações e Contribuições		-	-
Constituição de Provisões		28.046.071.488,38	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		116.505,39	299.313,48
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		-27.947.726.822,64	-664.243,92

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO

EXERCICIO 2016	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
EMISSAO 07/02/2017	PAGINA 4
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

NOTAS EXPLICATIVAS

01.001 - Passivos Contingentes - Nota 01.1 *¿* Passivos Contingentes

Um Passivo Contingente, de acordo com o MCASP 6ª Edição, existe quando em consequência de eventos passados possa haver uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para a extinção de:

- a) uma obrigação presente; ou
b) uma obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob controle da entidade.

A seguir, segue um quadro resumo, extraído do MCASP, de quando reconhecer ou apenas divulgar em notas explicativas as obrigações presentes e possíveis:

Quadro 01.1 *¿* Provisão Passivo Contingente.

Obrigação	Probabilidade de Saída de Recursos			Possibilidade de Estimativa Confiável do Valor	O que deve ser Reconhecido ou Registrado	Forma de Evidenciação
Presente	Provável	Possível	Provisão	Balanço Patrimonial e Notas Explicativas		
Presente	Provável	Não possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas		
Presente	Não provável	Possível ou Não possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas		
Possível	Provável	Possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas		

Fonte: MCAPS, 6ª edição

No dia 10 de fevereiro de 2015 a AGU emitiu a Portaria nº40, decorrente de reuniões prévias entre AGU, STN e PGFN, que estabeleceu critérios e procedimentos a serem adotados pela AGU na prestação de informações sobre ações judiciais ajuizadas contra a União, suas autarquias ou fundações públicas, que possam representar riscos fiscais, considerando a necessidade de prestação de informações por parte da Advocacia-Geral da União - AGU para elaboração do Anexo de Riscos Fiscais previsto no §3º do art. 4º da LC nº 101/2000 e das demonstrações contábeis consolidadas da União, destinadas a compor a prestação de contas anual do Presidente da República.

Na Portaria define como será a classificação de risco de perda das ações em tramitação nos tribunais superiores ou já transitados em julgado quanto à probabilidade de perda: risco provável; risco possível; e risco remoto, bem como estimará qual o impacto financeiro.

Ainda, segundo a Portaria AGU Nº 40, a estimativa de impacto financeiro da ação judicial será aferida com base nos elementos constantes no processo e nas informações e documentos apresentados pelos órgãos e entidades envolvidas no processo judicial e poderá ser realizada com base nos dados e relatórios disponíveis nos sistemas informatizados da AGU quando houver elementos suficientes à adequada verificação do impacto financeiro. Os órgãos da AGU poderão solicitar o auxílio técnico do Departamento de Cálculos e Perícias da Procuradoria-Geral da União para a elaboração de laudo técnico com a estimativa de impacto financeiro, desde que indiquem os parâmetros a serem considerados.

Por determinação superior, foi criado uma Unidade Gestora no SIAFI, UG 110652 - RISCOS FISCAIS-PGU vinculado ao Órgão 63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, para o registro do passivo Risco Fiscal de Ações Judiciais da União com Probabilidade Provável de perda. Já os valores referentes a Risco Fiscal de Ações Judiciais da União com Probabilidade Possível ou Probabilidade Remota de perda, quando mensurados, constaram em notas Explicativas.

Com isso, no dia 30 de março de 2016, a Procuradoria-Geral da União, por meio da Nota Técnica CGEST/PGU Nº 001/2016, mensurou os valores referente aos Riscos Fiscais de Ações Judiciais da União, seguindo os critérios da Portaria nº 40/2015 e a Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme destacado a seguir:

Quadro 01.2 *¿* Riscos Fiscais de Ações Judiciais da União *¿* PGU

Risco Fiscal de Ações Judiciais	Probabilidade Provável (R\$)	Probabilidade Possível (R\$)	Total (R\$)
PGU	84.493.576.734,87	1.012.020.000,00	85.505.596.734,87

O registro no SIAFI, do valor referente a Riscos Fiscais de Ações Judiciais com Probabilidade Provável no montante de R\$ 28.046.071.488,38, para complementar o saldo já existente e formar o total discriminado na referida Nota Técnica, se deu pelo Documento Hábil 2016PA000001, na UG 110652 - RISCOS FISCAIS-PGU, na data de 22 de abril de 2016.

Ressaltamos que o valor de PROBABILIDADE POSSÍVEL na ordem de R\$ 1.012.020.000,00, conforme quadro resumo, extraído do MCASP, por se tratar de Possibilidade de Saída de Recurso não Provável, consta seu valor nesta Nota Explicativa e em contas de controle.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS

NUP 00405.000131/2016-18

NOTA TÉCNICA CGEST/PGU Nº 001/2016

Brasília, 30 de março de 2016.

Senhor Procurador-Geral da União,

Em resposta ao Ofício nº 3163/2016-MP, de 22 de janeiro de 2016, elaboramos a presente nota técnica, com fundamento na Portaria AGU nº 40/2015, estando em anexo as considerações acerca dos “riscos fiscais” das ações judiciais em que é parte a União, com valores e probabilidade de perda a serem informados, de forma agregada, à Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento.

Caio Castelliano de Vasconcelos

Advogado da União

Coordenador-Geral de Informações Estratégicas da PGU

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO



Passivos Contingentes da União (Administração Direta): valores e riscos referentes às ações gerenciadas pela Procuradoria-Geral da União e pela Secretaria Geral de Contencioso

Considerações preliminares:

1. Até o ano de 2014, a avaliação dos passivos contingentes da União tomava por base parâmetros internos desta Procuradoria-Geral da União.
2. A partir de 2015 passaram a ser considerados os parâmetros definidos na Portaria AGU Nº 40, de 10 de fevereiro de 2015, que estabeleceu critérios e procedimentos a serem adotados pela Advocacia-Geral da União na prestação de informações sobre ações judiciais ajuizadas contra a União, suas autarquias ou fundações públicas, que possam representar riscos fiscais.
3. O mencionado normativo prevê que sejam informadas as ações ou grupos de ações semelhantes com impacto financeiro estimado em, no mínimo, R\$ 1 bilhão. Além disso, define critérios para classificação dos processos quanto à probabilidade de perda (risco provável, possível ou remoto), levando em consideração especialmente a fase processual das ações.
4. Com a edição da Portaria AGU nº 40/2015 espera-se alcançar uma maior harmonia nas informações prestadas pelos órgãos de direção superior da Advocacia-Geral da União, esclarecendo-se que a Procuradoria-Geral do Banco Central continuará a utilizar critérios próprios. Também é importante esclarecer que as ações gerenciadas pela Secretaria-Geral de Contencioso, que defende a União perante o Supremo Tribunal Federal, passarão a ser inseridas nas informações prestadas pela Procuradoria-Geral da União.
5. Parte considerável das ações em trâmite perante os tribunais está pendente de julgamento final, não tendo ocorrido ainda o trânsito em julgado de possíveis condenações. Deve-se considerar que as decisões desfavoráveis à União sempre contam com a possibilidade de reversão em instâncias superiores, especialmente por causa variação dos entendimentos jurisprudenciais ao longo do tempo. Nesse sentido, a



Advocacia-Geral da União - AGU realiza intenso trabalho para o fim de tentar reverter todas as decisões judiciais que lhe são desfavoráveis.

6. Ressalta-se ainda que, após o trânsito em julgado, é normal que a União venha a impugnar os valores dela cobrados na fase de execução dos processos, mediante verificação técnica e jurídica. Nestas impugnações são questionadas a falta de atendimento pelos exequentes dos preceitos legais que determinam a necessidade de prévia liquidação antes da execução, os parâmetros de cálculos utilizados, os índices de expurgos a serem aplicados, a incidência ou não de juros, seus patamares e diversos outros aspectos que podem ocasionar considerável variação nos valores finais a serem pagos. Pela possibilidade de alegação de defeitos processuais, pode ocorrer até mesmo a extinção da obrigação de pagar.

7. Em que pese ser possível traçar um panorama da instância atual dos processos, não há precisão em qualquer estimativa temporal a respeito do término e consequente pagamento das ações judiciais, haja vista que o tempo de tramitação de cada processo é variável, podendo durar vários anos ou ser resolvido em curto prazo. Essa dificuldade ocorre pois o ato de efetivamente proferir uma decisão judicial cabe a cada magistrado e também por que não se pode prever com segurança se a parte contrária interporá ou não recursos judiciais.

8. Cumpre esclarecer que, em se tratando de demandas judiciais, nem sempre é possível estimar com clareza o montante real envolvido, uma vez que é normal que as partes que litigam contra a Fazenda Pública subestimem os valores informados nas causas (visando reduzir as despesas processuais) ou mesmo os superestimem (nos casos de isenção de despesas processuais), acarretando um alto índice de imprecisão de valores. Nas ações consideradas, as fontes para informação a respeito dos montantes são os valores pedidos pelas partes, as estimativas dos órgãos público federais envolvidos nas causas ou grupos de causas semelhantes e ainda as estimativas da área técnica responsável pelos cálculos na AGU (Departamento de Cálculos e Perícias – DCP).

9. Importa destacar que a tabela abaixo não implica em qualquer reconhecimento pela União quanto à efetiva sucumbência ou mesmo acerca das teses em debate, mas apenas eventual risco que tais demandas possam, em face de seu elevado valor, oferecer ao orçamento federal, caso a União não saia vencedora.



10. No entanto, faz-se um alerta em relação ao modo de divulgação destas informações no Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias. As informações sobre a probabilidade de perda (possível, provável), até então mantidas sob estrito sigilo, foram divulgadas na LDO 2016 (enviada ao Congresso Nacional em 2015). Isso pode acarretar sério risco à defesa da União em juízo. Aliando os critérios de probabilidade de perda previstos na portaria com as informações sobre valor e instância processual atualmente divulgados na LDO, a parte contrária poderá mostrar aos juízes, por exemplo, “que a União já considera como provável uma condenação de R\$ 1,5 bilhão de reais”, aumentando a possibilidade de prejuízo à defesa da União.

13. Sendo assim, a utilização desta informação tem o claro potencial de afetar negativamente a defesa da União em causas bilionárias. Deve-se esclarecer que são justamente as causas listadas que, pelo seu possível impacto financeiro, são defendidas pelas bancas de advogados mais qualificadas do país, que atuam diuturnamente em prol dos seus respectivos clientes.

14. Nesse cenário, em que o convencimento do magistrado depende de questões extremamente sutis, a apresentação dessa informação pode significar a diferença entre a vitória e a derrota no processo. Parece conveniente, então, que a divulgação da informação se dê de forma mais agregada, de modo a impedir o seu uso em processos judiciais. As informações publicadas atualmente no Anexo de Riscos Fiscais em relação ao Banco Central do Brasil e às empresas públicas, por exemplo, são bastante agregadas. Neste contexto, merece ser colocado que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/00) não prevê o grau de detalhamento das informações a serem divulgadas.

15. Por outro lado, deve-se atentar para as recomendações feitas pelo Tribunal de Contas da União ano passado em relação ao Balanço Geral da União 2013, em que recomendava que houvesse separação dos valores apontados entre condenação provável e possível, para que em seguida pudesse acompanhar a adequada contabilização desses valores (provisionamento e nota explicativa, respectivamente).

16. Em conclusão, considerando:

- (1) que a Lei de Responsabilidade Fiscal não prevê o grau de detalhamento das informações a serem publicadas em relação aos passivos contingentes;
- (2) que o grau de detalhamento das informações atualmente divulgadas na LDO pode estar prejudicando a defesa da União;



- (3) que o Tribunal de Contas da União tem uma demanda em relação à classificação das ações em risco de condenação provável e possível, mas sem exigir que tais informações sejam inseridas na LDO por tese de defesa;

Enviamos abaixo os valores de possíveis impactos fiscais de ações judiciais administradas pela Procuradoria-Geral da União e pela Secretaria-Geral de Contencioso, agregadas por tipo de probabilidade de perda:

Risco Fiscal de Ações Judiciais	Probabilidade Provável (R\$)	Probabilidade Possível (R\$)	Total (R\$)
PGU	84.493.576.734,87	1.012.020.000,00	85.505.596.734,87

17. A memória de cálculo das informações da tabela acima está em poder desta Procuradoria-Geral da União.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

___ SIAFI2016-CONTABIL-DEMONSTRA-CONRAZAO (CONSULTA RAZAO POR C. CONTABIL)_____
22/04/16 14:43 M06990JF USUARIO : HELES JUNIOR
PAGINA : 1
UG EMITENTE : 110652 - RISCOS FISCAIS - AÇÕES JUDICIAIS CONTRA UNIÃO
GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL
POSICAO : ABRIL - ABERTO
CONTA CONTABIL : 227910400 - PROVISÕES P/PERDAS JUDICIAIS/ADMINISTRATIVA

CONTA CORRENTE SALDO EM R\$
P 110652
RISCOS FISCAIS - AÇÕES JUDICIAIS CONTRA UNIÃO 84.493.576.734,87 C
TOTAL COM ISF P - PERMANENTE : 84.493.576.734,87 C
TOTAL DA CONTA : 84.493.576.734,87 C

PF1=AJUDA PF2=RAZAO PF3=SAI PF10=EMAIL PF12=RETORNA

___ SIAFI2016-CONTABIL-DEMONSTRA-CONRAZAO (CONSULTA RAZAO POR C. CONTABIL)_____
22/04/16 14:44 M06990ST USUARIO : HELES JUNIOR
PAGINA : 1
UG EMITENTE : 110652 - RISCOS FISCAIS - AÇÕES JUDICIAIS CONTRA UNIÃO
GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL
CONTA CONTABIL : 227910400 - PROVISÕES P/PERDAS JUDICIAIS/ADMINISTRATIVA
CONTA CORRENTE : P 110652
RISCOS FISCAIS - AÇÕES JUDICIAIS CONTRA UNIÃO
SALDO ANTERIOR A 01ABR 56447.505.246,49C
DATA UG GESTAO NUMERO EVENTO MOVIMENTO SALDO
22Abr 110652 00001 NS000002 541221 28046071.488,38C 84493.576.734,87C

PF1=AJUDA PF2=DET PF3=SAI PF4=ESP PF9=PERIODO PF10=E-MAIL PF12=RETORNA

___ SIAFI2016-CONTABIL-DEMONSTRA-CONRAZAO (CONSULTA RAZAO POR C. CONTABIL)_____
22/04/16 14:44 NS M06990 USUARIO : HELES JUNIOR
DATA EMISSAO : 22Abr16 VALORIZACAO : 22Abr16 NUMERO : 2016NS000002
UG/GESTAO EMITENTE: 110652 / 00001 - RISCOS FISCAIS - AÇÕES JUDICIAIS CONTRA U
FAVORECIDO : 110652 / 00001 - RISCOS FISCAIS - AÇÕES JUDICIAIS CONTRA
TITULO DE CREDITO : 2016PA000001 DATA VENCIMENTO : 22Abr16

/ /

OBSERVACAO

REGISTRO DE VALOR PROVISÕES A LONGO PRAZO REFERENTE A AÇÕES JUDICIAIS COM PROB
ABILIDADE PROVÁVEL DE PERDA, CONFORME **NOTA TÉCNICA CGEST/PGU Nº 001/2016**, DE 3
0 DE MARÇO DE 2015, NUP 00405.000131/2016-18, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO N
A LEI N 4.320/1964 E PELA NBCT 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC N 1.133/2008,
ALEM DA PORTARIA AGU N 40/2015 DE 10/02/2015.

CONTINUA...

LANCADO POR : 70074402153 - HELES JUNIOR
PF1-AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA

22Abr16 14:39

___ SIAFI2016-CONTABIL-DEMONSTRA-CONRAZAO (CONSULTA RAZAO POR C. CONTABIL)_____
22/04/16 14:44 NS M06990 USUARIO : HELES JUNIOR
DATA EMISSAO : 22Abr16 VALORIZACAO : 22Abr16 NUMERO : 2016NS000002
UG/GESTAO EMITENTE: 110652 / 00001 - RISCOS FISCAIS - AÇÕES JUDICIAIS CONTRA U
FAVORECIDO : 110652 / 00001 - RISCOS FISCAIS - AÇÕES JUDICIAIS CONTRA
TITULO DE CREDITO : 2016PA000001 DATA VENCIMENTO : 22Abr16

L	EVENTO	INSCRICAO	CLAS.CONT	CLAS.ORB	V A L O R
01	541221	110652	227910400		
			397910100		28.046.071.488,38

LANCADO POR : 70074402153 - HELES JUNIOR
PF1-AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA

22Abr16 14:39

___ SIAFI2016-CONTABIL-DEMONSTRA-CONRAZAO (CONSULTA RAZAO POR C. CONTABIL)_____
22/04/16 14:44 M06990BY USUARIO : HELES JUNIOR
NUMERO : 2016NS000002
DATA EMISSAO : 22Abr16 LANCAMENTO : 22ABR16 PAGINA : 001 / 001
UG/GESTAO EMITENTE : 110652 / 00001 - RISCOS FISCAIS - AÇÕES JUDICIAIS CONTRA
EVENTO UG GESTAO CONTA CONTA CORRENTE V A L O R
541221 110652 00001 39791.01.00 N 28.046.071.488,38 D
541221 110652 00001 22791.04.00 P 110652 28.046.071.488,38 C

LANCADO POR : 70074402153 - HELES JUNIOR
PF1=AJUDA PF3=SAI PF12=RETORNA

22ABR16 14:39

Notas Explicativas – 4º Trimestre 2016

Nota 01.1 – Passivos Contingentes

Um Passivo Contingente, de acordo com o MCASP 6ª Edição, existe quando em consequência de eventos passados possa haver uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para a extinção de:

- a) uma obrigação presente; ou
- b) uma obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob controle da entidade.

A seguir, segue um quadro resumo, extraído do MCASP, de quando reconhecer ou apenas divulgar em notas explicativas as obrigações presentes e possíveis:

Quadro 01.1 – Provisão Passivo Contingente.

Obrigação	Probabilidade de Saída de Recursos	Possibilidade de Estimativa Confiável do Valor	O que deve ser Reconhecido ou Registrado	Forma de Evidenciação
Presente	Provável	Possível	Provisão	Balanco Patrimonial e Notas Explicativas
Presente	Provável	Não possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas
Presente	Não provável	Possível ou Não possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas
Possível	Provável	Possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas

Fonte: MCAPS, 6ª edição

No dia 10 de fevereiro de 2015 a AGU emitiu a Portaria nº40, decorrente de reuniões prévias entre AGU, STN e PGFN, que estabeleceu critérios e procedimentos a serem adotados pela AGU na prestação de informações sobre ações judiciais ajuizadas contra a União, suas autarquias ou fundações públicas, que possam representar riscos fiscais, considerando a necessidade de prestação de informações por parte da Advocacia-Geral da União - AGU para elaboração do Anexo de Riscos Fiscais previsto no §3º do art. 4º da LC nº 101/2000 e das demonstrações contábeis consolidadas da União, destinadas a compor a prestação de contas anual do Presidente da República.

Na Portaria define como será a classificação de risco de perda das ações em tramitação nos tribunais superiores ou já transitados em julgado quanto à probabilidade de perda: risco provável; risco possível; e risco remoto, bem como estimará qual o impacto financeiro.

Ainda, segundo a Portaria AGU Nº 40, a estimativa de impacto financeiro da ação judicial será aferida com base nos elementos constantes no processo e nas informações e documentos apresentados pelos órgãos e entidades envolvidas no processo judicial e poderá ser realizada com base nos dados e relatórios disponíveis nos sistemas informatizados da AGU quando houver elementos suficientes à adequada verificação do impacto financeiro. Os órgãos da AGU poderão solicitar o auxílio técnico do Departamento de Cálculos e Perícias da Procuradoria-Geral da União para a elaboração de laudo técnico com a estimativa de impacto financeiro, desde que indiquem os parâmetros a serem considerados.

Por determinação superior, foi criada uma Unidade Gestora no SIAFI, UG 110652 - RISCOS FISCAIS-PGU vinculado ao Órgão 63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, para o registro do passivo Risco Fiscal de Ações Judiciais da União com Probabilidade Provável de perda. Já os valores referentes a

Notas Explicativas – 4º Trimestre 2016

Risco Fiscal de Ações Judiciais da União com Probabilidade Possível ou Probabilidade Remota de perda, quando mensurados, constaram em notas Explicativas.

Com isso, no dia 30 de março de 2016, a Procuradoria-Geral da União, por meio da Nota Técnica CGEST/PGU Nº 001/2016, mensurou os valores referente aos Riscos Fiscais de Ações Judiciais da União, seguindo os critérios da Portaria nº 40/2015 e a Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme destacado a seguir:

Quadro 01.2 – Riscos Fiscais de Ações Judiciais da União – PGU

Risco Fiscal de Ações Judiciais	Probabilidade Provável (R\$)	Probabilidade Possível (R\$)	Total (R\$)
PGU	84.493.576.734,87	1.012.020.000,00	85.505.596.734,87

O registro no SIAFI, do valor referente a Riscos Fiscais de Ações Judiciais com Probabilidade Provável no montante de R\$ 28.046.071.488,38, para complementar o saldo já existente e formar o total discriminado na referida Nota Técnica, se deu pelo Documento Hábil 2016PA000001, na UG 110652 - RISCOS FISCAIS-PGU, na data de 22 de abril de 2016.

Ressaltamos que o valor de PROBABILIDADE POSSÍVEL na ordem de **R\$ 1.012.020.000,00**, conforme quadro resumo, extraído do MCASP, por se tratar de Possibilidade de Saída de Recurso não Provável, consta seu valor nesta Nota Explicativa e em contas de controle.